

Educação e gênero: uma discussão que não pode ser silenciada.

Apresentado no

10º Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP ou no 4º Congresso de Pós-Graduação do IFSP

27 e 28 de novembro de 2019- Sorocaba-SP, Brasil

RESUMO: A abordagem de gênero e sexualidade é algo que está presente na vida dos indivíduos desde o nascimento até a morte. Porém, no cenário brasileiro atual, com polêmicas envolvendo políticas que tangenciam ao conservadorismo, essa abordagem corre risco de ser silenciada. Na comunidade escolar, local onde coexiste uma variedade de culturas e de vivências sobre as relações de gênero, infelizmente deparamos com imposição de comportamentos heteronormativos nas práticas pedagógicas. Portanto, é necessário que o ambiente escolar esteja preparado para não só regulamentar como também informar e reestruturar paradigmas a partir de questões que estão interrelacionadas com diferentes grupos e sujeitos, ligados direta e indiretamente à educação de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: gênero; sexualidade; educação; conservadorismo.

Gender and education: a discussion that cannot be silenced

ABSTRACT: The gender and sexuality approach is something that was present in the lives of individuals from birth to death. But, in the current Brazilian scenario, with polemics involving policies that touch on conservatism, this approach risks being silenced. In the school community, where a variety of cultures and experiences coexist on gender relations, unfortunately, we come across imposition of heteronormative behaviors in pedagogical practices. Therefore, the school environment needs to be prepared not only to regulate but also to inform and restructure paradigms from issues that are interrelated with different groups and subjects, linked directly and indirectly to gender education.

KEYWORDS: gender; sexuality; education; conservatism.

INTRODUÇÃO

A sociedade, desde o nascer de uma criança, determina que se for menina irá brincar de boneca e usar “cor de rosa” e se for menino irá usar azul e brincar de carrinhos. Essa concepção está alinhada à manutenção dos padrões pré-estabelecidos pelo meio social, que podem ser confrontados quando a criança começa a frequentar a escola e entra em contato com culturas e realidades diferentes. O convívio com outros indivíduos gera nas crianças uma série de conflitos e questionamentos acerca da diversidade sexual. Com isso, se faz necessário debater sobre gênero e sexualidade nos ambientes escolares (FELIX, 2009).

Posto isso, acredita-se que educação sexual é um tema ainda cercado por *tabus* fora e, principalmente, dentro das escolas, em decorrência de uma corrente conservadora que vem sendo posta por uma parcela da sociedade que deseja silenciar este discurso. Visto que, a falta de conhecimento gera preconceitos, é importante ressaltar que, ao falar sobre educação sexual o objetivo não é ensinar a criança ou o jovem a praticar o ato sexual, mas sim, discutir a diversidade e o pluralismo de ideias presentes no corpo social (CAMPOS, 2015).

No momento atual, grupos políticos manifestam interesse em censurar esse discurso nas escolas, usando como argumento a desestabilização do perfil heteronormativo, todavia, esta ação traz riscos imensuráveis ao convívio em sociedade, visto que esse discurso é de extrema importância. Uma grande expressão desse tipo de censura é a atual BNCC (Base Nacional Curricular Comum) que ignora toda produção sobre a temática apresentada pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e pelas DCN’s (Diretrizes Curriculares Nacionais).

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada pauta-se numa revisão bibliográfica, a partir da leitura de artigos e livros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Baseando-se em uma análise no processo histórico da inserção de discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas do Brasil, é possível afirmar que se obtiveram avanços desde a década de 1970, quando se intensificou os números de gravidez indesejadas na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis. Naquela época, ainda era um tabu discutir sobre sexualidade, devido à concepções religiosas e morais que não permitiam falar abertamente sobre o tema.

Porém, a partir de 1990 houve aumento na relação entre educação e gênero, com a implantação de políticas públicas em documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996), o Plano Nacional de Educação (PNE/2001) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/1997) que, mesmo de forma retraída, asseguram direitos a identidade de gênero e à sua abordagem no ambiente escolar.

Além disso, o consentimento do uso de nome social no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) se deu tardiamente, apenas em 2014, mas representa uma grande conquista para pessoas que lutam por essa causa. O nome social é nome pelo qual travestis ou pessoas transexuais, aquelas que o seu gênero não se identifica com o seu sexo biológico escolheram ser chamadas. É o nome que condiz com a sua imagem.

Infelizmente, nos dias atuais essa discussão vem sendo novamente ameaçada, por valores religiosos e morais, em consequência de um governo conservador que deseja ocultar e silenciar esse discurso. Entretanto, mobilizações e debates a favor dessa pauta são cravadas contra esse governo.

Esse discurso conservador vai contra as necessidades de uma sociedade para conviver em harmonia. É ostensível a necessidade de se dialogar sobre essa pauta com crianças e jovens no ambiente escolar, pois é ali que o convívio com diferentes culturas e etnias se torna efetivo e essa relação necessita de respeito a cima de tudo.

Contudo, acredita-se que desconstruir padrões preconceituosos e heteronormativos durante a infância é mais eficaz do que quando adulto, pois a construção dos valores morais ainda está em andamento e por isso a criança aceita mais facilmente novos conceitos. Essa desconstrução de valores pejorativos formam sujeitos civilizados, que contribuem de maneira positiva para o desenvolvimento do corpo social.

A conquistas dos direitos sociais se deu em 1988 com a publicação da Constituição Federal, onde estão assegurados os direitos de se conviver numa sociedade livre, justa e solidária (Art. 3, I), que proporciona o bem de todos os cidadãos, os impossibilitando de sofrer qualquer tipo de preconceito de origem, raça, sexo, cor ou qualquer outro tipo de discriminação que possa causar constrangimento pessoal (Art. 3, IV).

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996) assegura que o ensino nas escolas será ministrado com base nos princípios que respeitem a liberdade e demonstrem apreço à tolerância (Art. 3, IV). Com isso, espera-se que o cidadão que descumpra algumas dessas lei seja punido de maneira severa, pois são atitudes inadmissíveis.

CONCLUSÕES

A partir do exposto, conclui-se que a educação de gênero e sexualidade devem estar presentes nas escolas desde a base do ensino até os níveis mais avançados, uma vez que ainda existem preconceitos atrelados à padrões heteronormativos que causam exclusão de indivíduos no âmbito social.

Nos dias atuais, mesmo convivendo cada vez mais com uma diversidade sexual e tendo documentos legais que valorizam e respaldam essa diversidade, infelizmente ainda é considerável o número de casos e de atitudes preconceituosas contra mulheres e homossexuais dentro das escolas, em casos mais extremos, essas atitudes podem levar a violência.

Ainda que hajam leis que assegurem direitos relacionados à identidade de gênero, muitas pessoas ainda as desconhecem, causando situações constrangedoras de violência e humilhação no ambiente escolar.

Além disso, o despreparo de docentes para lidar com situações de discriminação entre alunos é um fator que dificulta o rompimento dessa perspectiva de desigualdade, que infelizmente ainda está presente na sociedade. Portanto, a censura de discussões de gênero e sexualidade causaria consequências negativas para o desenvolvimento humano e da sociedade, uma vez que está ainda enfrenta barreiras.

REFERÊNCIAS

BORTOLINI, Diversidade sexual e gênero na escola. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 123, p. 27-37, ago. 2011.

CAMPOS, **Gênero e diversidade sexual na escola: a urgência da reconstrução de sentidos e de práticas**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132015000400001. Acesso em: 01 set. 2019.

FÉLIX, Relações de gênero na escola: só não vê quem não quer. **Revista Iberoamericana de Educación**, nº 50/3, p. 1-13, set. 2009.

VIANNA, C. P.; UMBEHAUM, S. **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000100005. Acesso em: 01 set. 2019.